

Mercado de trabalho rural e urbano no Brasil, 2012-2022: uma análise das atividades agrícolas e não agrícolas

Rural and urban labor market in Brazil, 2012-2022: an analysis of agricultural and non-agricultural activities

Marina Silva da Cunha¹ 

¹Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PCE), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá (PR), Brasil.
E-mail: mscunha@uem.br

Como citar: Cunha, M. S. (2025). Mercado de trabalho rural e urbano no Brasil, 2012-2022: uma análise das atividades agrícolas e não agrícolas. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 63, e289157. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2025.289157pt>

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução do mercado de trabalho nos meios rural e urbano do Brasil no período de 2012 até 2022, considerando a segmentação entre as atividades agrícolas e não agrícolas. São analisadas informações da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua do IBGE e estimadas equações de rendimento e medidas de desigualdade. Os resultados evidenciam a continuidade do processo de redução do emprego nas atividades agrícolas do meio rural, que foi parcialmente amenizado pela expansão das atividades não agrícolas. Os rendimentos são ainda maiores nas atividades do meio urbano não agrícolas, embora o diferencial tenha se reduzido no período em relação aos demais segmentos, notadamente devido à redução dos retornos em educação.

Palavras-chave: rendimento, emprego, ocupação, desigualdade.

Abstract: This work aims to analyze the evolution of the labor market in rural and urban areas of Brazil, from 2012 to 2022, considering the segmentation between agricultural and non-agricultural activities. Information from the IBGE Continuous National Household Sample Survey is analyzed and earnings equations and inequality measures are estimated. The results show the continuity of the process of reducing employment in rural agricultural activities, which was partially alleviated by the expansion of non-agricultural activities. Incomes are even higher in non-agricultural urban activities, although this difference has reduced over the period in relation to other segments, especially due to reduced returns to education.

Keywords: earnings, employment, occupation, inequality.

1 Introdução

O mundo sofre um processo crescente de urbanização, porém, no Brasil, estas mudanças foram mais aceleradas. Segundo informações do Banco Mundial (2024), no mundo, a população urbana representa 34% em 1960, e 57%, em 2022. No Brasil, os percentuais são iguais a 46% e 88%, respectivamente. Ainda para o Banco Mundial, em 1960, o setor primário representava 7,5% do valor adicionado no mundo, no entanto, em 2022, contribuiu com apenas 4,3%. Por sua vez, no Brasil, o setor primário reduziu sua parcela no valor adicionado total de 15,7% para 6,8%, no mesmo período. Estas transformações têm reflexos nas condições de vida da população e para a geração de emprego e renda no mercado de trabalho, tanto no meio rural, quanto urbano.

Na literatura econômica, o processo de urbanização e a segmentação do mercado de trabalho no meio rural e urbano foram associados à migração a partir do campo e dos baixos rendimentos no setor agrícola (Lewis, 1954; Kuznets, 1955; Harris & Todaro, 1970). Desde o final deste século XX, a literatura incorpora na discussão a expansão das atividades não agrícolas no



meio rural, contribuindo para melhorar a renda e o emprego da população residente nestas localidades (Anderson & Leiserson, 1980; Reardon et al., 2001; Himanshu Lanjouw et al., 2013).

No Brasil, os trabalhos também passaram a discutir este processo, evidenciando a expansão de atividades não agrícolas no meio rural e a redução do emprego nas atividades agrícolas (Graziano Da Silva, 1997; Graziano Da Silva & Del Grossi, 2001; Mattei, 2015; Laurenti et al., 2005; Balsadi & Del Grossi, 2018; Balsadi et al., 2019; Nascimento et al., 2022; Cruz et al., 2022). Outros trabalhos discutem o mercado de trabalho, segmentando o meio rural e urbano (Bacha, 1979; Souza & Machado, 2004; Kassouf, 1997). Outra temática abordada é o bem-estar da população rural (Kageyama & Rehder, 1993; Balsadi & Graziano Da Silva, 2001). Apenas o setor agrícola foi o foco de alguns trabalhos (Kageyama & Leone, 2002; Del Grossi & Balsadi, 2020; Cunha, 2008; Pinto e Cunha, 2014), enquanto outros analisaram o mercado de trabalho do agronegócio (Castro et al., 2020; Castro & Barros, 2022). Há ainda trabalhos abordando a desigualdade e os determinantes dos rendimentos do setor agrícola e não agrícola (Ney & Hoffmann, 2009; Hoffmann & Oliveira, 2014; Hoffmann & Jesus, 2015; Catelan et al., 2023). Buscando contribuir com esta literatura acerca do entendimento das profundas e históricas desigualdades presentes no mercado de trabalho brasileiro, este trabalho tem como foco a análise do emprego e dos rendimentos, considerando a segmentação em atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural e urbano.

Portanto, o objetivo do presente trabalho é analisar as transformações no mercado de trabalho rural e urbano, buscando caracterizar o perfil das ocupações, tanto no meio rural, quanto urbano, segmentando as atividades agrícolas e não agrícolas de 2012 para 2022. Para tanto, são utilizadas as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Além desta introdução, este trabalho está dividido em mais cinco seções. No próximo tópico, é realizada uma revisão da literatura, que aborda aspectos teóricos e empíricos da temática. Na sequência, é apresentada a abordagem metodológica, em que se descreve a base de dados e os métodos utilizados. Na quarta seção, é realizada uma caracterização do perfil dos ocupados no mercado de trabalho brasileiro, considerando quatro segmentos das atividades econômicas, ou seja, do meio rural, em atividades agrícolas e não agrícolas, e do meio urbano, em atividades agrícolas e não agrícolas. No tópico seguinte, são discutidas as características da distribuição dos rendimentos nestes quatro segmentos, considerando medidas de desigualdade e equações de rendimento. Por fim, nas considerações finais, são destacadas as principais evidências do trabalho.

2 Fundamentação teórica

Na literatura econômica do século XX, alguns autores abordaram aspectos do mercado de trabalho considerando a segmentação do meio rural e urbano e das atividades agrícolas e não agrícolas. No modelo de Lewis (1954), há dois setores, de um lado, um setor capitalista, mais moderno e, de outro lado, um setor de subsistência, com predomínio da agricultura tradicional. Neste setor pré-capitalista, existe oferta ilimitada de mão de obra e a produtividade marginal do trabalho se aproximando de zero, remunerando ao nível de subsistência. Já no setor capitalista, a produtividade é mais elevada, bem como os respectivos salários. Assim, esta estrutura econômica propicia um deslocamento da mão de obra do setor de subsistência para o setor mais moderno em um processo que resultaria na equalização dos salários.

Outra contribuição ocorreu em Kuznets (1955), que estudou a relação entre distribuição de renda e o crescimento econômico. No modelo proposto, haveria um setor agrícola e outro não agrícola, em que o processo de industrialização e a urbanização desempenham um relevante papel. Em um

primeiro estágio de desenvolvimento, a intensa migração do setor menos dinâmico, o agrícola, para o mais dinâmico, o não agrícola, aumentaria a desigualdade na distribuição de renda. Porém, com o crescimento econômico, haveria uma redução nas disparidades da produtividade da mão de obra nos dois segmentos, o que levaria a uma redução da desigualdade na distribuição da renda. Por sua vez, Harris & Todaro (1970) também formulam um modelo com dois setores e migração rural-urbana, em que o salário mínimo urbano no nível de subsistência é maior do que os rendimentos da agricultura. Nesta abordagem, a migração ocorria em função dos rendimentos esperados no meio urbano, o que poderia acarretar um desemprego voluntário no meio urbano.

A partir do final do século XIX, a literatura internacional tem discutido o crescimento das atividades não agrícolas no meio rural. Anderson & Leiserson (1980) analisam a expansão de atividades não agrícolas no meio rural em países em desenvolvimento, contribuindo para a geração de emprego e renda para população rural, ampliando o bem-estar nas áreas rurais mais pobres. Entre estas atividades, estaria a produção de bens e serviços para a agricultura, o que contribuiria para o desenvolvimento agrícola. Reardon et al. (2001) evidenciam a importância das atividades não agrícolas para os países latino-americanos na década de 1990, representando cerca de 40% da renda da população rural na região. Para Himanshu Lanjouw et al. (2013), que analisaram a Índia de 1983 até 2010, este processo de diversificação rural tem contribuído para a ampliação do emprego e da renda, bem como para a redução da pobreza e aumento da mobilidade social.

Na literatura nacional, estudos também têm incorporado à discussão as atividades não agrícolas do meio rural. A partir de informações para o período de 1981 e 1995, Graziano Da Silva (1997) verifica a expansão de atividades não agrícolas no meio rural brasileiro, o que contrabalançou a queda na ocupação nas atividades agrícolas. A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural foi denominada de pluriatividade. Segundo o autor, estas atividades não agrícolas se constituem uma estratégia para a manutenção da população residindo no meio rural. Na década de 1990, Graziano Da Silva & Del Grossi (2001) constatam o crescimento das atividades não agrícolas no meio rural brasileiro. Já Nascimento et al. (2022) verificam uma queda no número de famílias do meio rural no período de 2006 até 2015, considerando as famílias segmentadas em empregadores, contas próprias, empregadas e agricultura familiar.

Associados à queda do emprego estritamente agrícola do meio rural, Mattei (2015) destaca o ir e vir diário ou semanal para o trabalho, especialmente a partir do meio rural, a diversificação das fontes de renda das famílias e a inserção no meio rural de atividades tipicamente urbanas. Para Balsadi & Del Grossi (2018), que analisaram a agricultura da região Nordeste, de 2004 até 2014, aqueles que mais deixam as atividades agrícolas são as mulheres e os jovens. Este mesmo fenômeno foi observado por Balsadi et al. (2019) para o estado de São Paulo, com a masculinização da população economicamente ativa das atividades agrícolas. Há estudos considerando o setor agrícola e não agrícola apenas no meio rural. Para o período de 2001 a 2009, Laurenti et al. (2005) observam a estabilidade da população rural ocupada, especialmente em função da expansão das ocupações não agrícolas. Cruz et al. (2022) salientam que, para o ano de 2015, o setor não agrícola gera rendimentos maiores do que o setor agrícola e que a escolaridade é o principal determinante desta disparidade.

A análise do bem-estar no meio rural também foi abordada pela literatura. Kageyama & Rehder (1993) identificam um baixo nível de bem-estar social para a população ocupada na agricultura brasileira na década de 1980, com precárias condições de vida, baixos níveis de renda, além de reduzida proteção social, relacionada às garantias trabalhistas e previdenciárias. Analisando o meio rural paulista da década de 1990, Balsadi & Graziano Da Silva (2001) verificam que a qualidade do emprego em atividades não agrícolas dos residentes rurais é melhor do que em atividades agrícolas, com exceção dos serviços domésticos.

Na literatura empírica nacional, também há trabalhos abordando a segmentação rural e urbana. Buscando verificar os diferenciais de salários rurais e urbanos, Bacha (1979) realiza uma análise para o período de 1948 até 1977, considerando as informações disponíveis para o estado de São Paulo. De fato, o autor verifica a redução dos diferenciais de salários no período estudado, porém, argumenta que o modelo teórico de Lewis não é capaz de explicar todos os seus determinantes, assim, sugere que a análise deve considerar a estrutura agrária, as relações de troca entre a agricultura, a indústria, a política trabalhista e a força dos sindicatos.¹ Já Souza & Machado (2004) analisaram os rendimentos e o desemprego nos setores rural e urbano de 1981 até 1999. Segundo os autores, historicamente, as áreas urbanas têm maiores salários, melhor estrutura organizacional dos seus trabalhadores e melhor cobertura da legislação² e verificam que, nas áreas rurais, o desemprego pouco impacta no nível de renda dos trabalhadores em relação aos efeitos sofridos nas áreas urbanas, o que se justificaria pelas relações trabalhistas no meio rural, ainda pouco típicas de um mercado capitalista. Kassouf (1997) estima retornos em educação e em experiência maiores no setor urbano do que no setor rural brasileiro para o ano de 1989, o que resultaria em maiores incentivos para o investimento em educação nos residentes no setor urbano. Assim, para a autora, os residentes rurais com maiores níveis de escolaridade teriam um estímulo para a migração para o meio urbano em busca de maiores salários.

Outros estudos investigam mais especificamente o setor agrícola do país. A partir de uma análise das informações dos Censos Agropecuários de 1985 e 1995/96, Kageyama & Leone (2002) concluem que as trajetórias das mudanças no setor agrícola brasileiro, em todas as regiões do país, estiveram associadas à redução de empregos assalariados, o que poderia acarretar problemas sociais no início do novo século. O trabalho de Cunha (2008) analisou o comportamento do emprego e dos salários para o setor agrícola no período de 1981 até 2005 e observou um aumento do salário do setor agrícola maior do que o total dos empregados do país. Além disso, constata a redução dos diferenciais de salários dentro do setor agrícola. Já Pinto & Cunha (2014) investigam o setor agrícola considerando as atividades da agricultura, da pecuária e com produção mista no período 2002 até 2012. Verifica-se redução no emprego na agricultura, mas ampliação na produção mista, além de redução dos diferenciais salariais entre os segmentos estudados. Confirmando a tendência de queda do emprego no setor agrícola, Del Grossi & Balsadi (2020) apontam, com dados dos Censos Agropecuários de 1970 até 2017, a queda da ocupação no setor agrícola brasileiro, embora em um ritmo mais lento desde 1995.

Ainda há trabalhos com foco no mercado de trabalho do agronegócio (Castro et al., 2020; Castro & Barros; 2022). Enquanto o primeiro verificou a predominância de baixa qualificação, participação expressiva de trabalho informal e rendimentos médios no agronegócio menores do que os obtidos nos demais setores da economia, considerando o período de 2012 até 2015, o segundo constatou um aumento do custo unitário real do trabalho de 2004 para 2015, que foi reduzido pelo aumento da produtividade no setor.

A análise do setor agrícola e não agrícola brasileiro também foi foco de algumas pesquisas. Nesta linha de trabalhos, pode ser destacado o estudo de Ney & Hoffmann (2009), com base em dados do Censo Demográfico de 2000, que concluem que o capital físico é o principal determinante da concentração da renda agrícola, mas a educação se constitui no fator que explica a maior parcela da desigualdade de rendimentos, tanto das atividades não agrícolas, quanto de todo meio rural,

¹ Entre as mudanças institucionais, destaca-se o Estatuto do Trabalhador Rural, estabelecido na Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963, ano que marcou o início de um crescimento expressivo na série de salários diários de trabalhadores rurais residentes em São Paulo, analisado no estudo.

² Apesar de o processo de modernização nas relações de trabalho no setor agrícola brasileiro, Souza e Machado (2004) argumentam que, no meio rural, há inserções no mercado de trabalho distintas do emprego assalariado, como o pequeno produtor, o meeiro, o trabalhador sem remuneração, entre outras.

porém, são nas atividades agrícolas que o impacto da educação é menor. Já Hoffmann & Oliveira (2014), considerando o período de 1992 até 2012, verificam uma redução da desigualdade na distribuição da renda dos ocupados no setor agrícola, embora menos intensa e mais irregular do que no setor não agrícola. Hoffmann & Jesus (2015) estudam a distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos da população ocupada de 1992 até 2014 e destacam as evidências de que no setor não agrícola ocorre uma queda da desigualdade desde 1993, porém, nas atividades do setor agrícola, a queda é mais lenta. Em um estudo considerando as informações de 2004 até 2019, Catelan et al. (2023) observam que os diferenciais de sexo e raça ou cor da pele são maiores em atividades agrícolas do que em atividades não agrícolas.

Portanto, na literatura teórica e empírica, as transformações do meio rural e urbano têm impactado a determinação do emprego e dos rendimentos no mercado de trabalho, notadamente com a expansão das atividades não agrícolas no meio rural. Assim, o presente trabalho busca contribuir com esta literatura abordando o mercado de trabalho e a segmentação entre o meio rural e urbano e entre as atividades agrícolas e não agrícolas em cada localidade.

3 Metodologia

3.1 Dados

Este trabalho tem como fonte as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que tem início em 2012. Assim, na presente pesquisa, foi estudado o período de 2012 até 2022. Além de buscar caracterizar as diferenças entre o mercado de trabalho rural e urbano, também são consideradas as heterogeneidades dentro de cada localidade, segmentando cada setor entre as atividades agrícolas e não agrícolas. Logo, tem-se os indivíduos ocupados no segmento rural em atividades agrícolas (RAG), no meio rural, em atividades não agrícolas (RNAG); no meio urbano, em atividades agrícolas (UAG), e no meio urbano, em atividades não agrícolas (UNAG).

Para caracterizar o mercado de trabalho rural e urbano brasileiro, foi necessário considerar os indivíduos com todas as informações utilizadas no estudo declaradas, dessa forma, as pessoas sem informação de escolaridade, idade, cor, os indígenas, aqueles sem declaração de tempo semanal de trabalho, da posição na ocupação ou sem remuneração não foram incluídos no estudo. Ademais, são considerados os indivíduos com 14 anos ou mais e com 15h ou mais de tempo semanal no trabalho principal. Todos os valores monetários foram corrigidos para 2022, utilizando como deflator o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

3.2 Método

A equação de rendimentos é estimada considerando a literatura empírica, que tem como precursor o trabalho de Mincer (1974), em que o modelo empírico, estimado por mínimos quadrados ponderados, é dado por:

$$\ln W_i = Y_i = \beta_0 + \sum_{j=1}^k \beta_j X_{ji} + \mu_i$$

A variável dependente se constitui no logaritmo natural do rendimento mensal habitual do trabalho principal. Entre as variáveis explicativas, são incluídas variáveis relacionadas às características

personais, à ocupação e às regionais. Quanto às características pessoais não produtivas, são incluídas uma variável binária que representa o sexo masculino e outra variável binária, quando o indivíduo é branco ou amarelo. As características pessoais produtivas são representadas pela idade e seu quadrado, divididas por dez, e mais seis variáveis binárias para representar a educação formal, indicando quando o indivíduo tem apenas o ensino fundamental incompleto, com o ensino fundamental completo, com ensino médio incompleto, com ensino médio completo, com ensino superior incompleto e com ensino superior completo ou mais. Entre as características da ocupação, são incluídas duas variáveis binárias para distinguir a posição na ocupação, uma quando o indivíduo é empregador, e outra quando ele é conta própria. Uma variável binária representa o indivíduo com carteira de trabalho assinada e/ou contribuição à previdência social, outras duas variáveis binárias são utilizadas para representar a jornada semanal de trabalho de 30 até 44 horas e de 45 horas ou mais. As variáveis regionais se referem à localização do domicílio em região metropolitana ou não e nas grandes regiões brasileiras. Assim, foi incluída uma variável binária para indicar quando o indivíduo reside em área metropolitana e mais quatro variáveis binárias para representar a região de residência, Nordeste, Sudeste, Sul ou Centro-Oeste.

Portanto, as categorias de referência são sexo feminino, os negros (pretos e pardos), os analfabetos, os empregados, sem carteira de trabalho assinada, tempo semanal de trabalho menor do que 30h, não residir em região metropolitana e residir na região Norte.

Para estimar o efeito marginal das variáveis explicativas ao longo da distribuição dos rendimentos, é realizada uma análise quantílica, considerando a *Recentered Influence Functions* (RIF), definida como

$$RIF(Y, q_\tau) = q_\tau + \frac{\tau - 1 \{Y \leq q_\tau\}}{f_Y(q_\tau)}$$

Com isso, tem-se o efeito marginal de uma variação na distribuição das covariáveis no τ -quantil incondicional de Y .³

Além disso, são calculadas algumas medidas de desigualdade para a distribuição dos rendimentos, ou seja, o índice de Gini, T de Theil e L de Theil, e o rendimento médio em alguns percentis e décimos da distribuição dos rendimentos, seguindo Hoffmann et al. (2019). Para estudar a evolução da desigualdade na distribuição dos rendimentos, também são utilizadas estimativas de suas funções de densidade de probabilidade com base no estimador não paramétrico *kernel*, de acordo com Dinardo et al. (1995) e Silverman (1986).

4 Resultados e discussões

4.1 Evolução das ocupações no meio rural e urbano brasileiro

A evolução das ocupações no Brasil, de 2012 para 2022, pode ser observado considerando a população ocupada estimada a partir da PNADC, na Figura 1a, e sua composição relativa, na Figura 1b. No Período ocorreu uma expansão da ocupação no Brasil, de 82.900 mil para 93.741 mil indivíduos. Porém, os ocupados em atividades agrícolas têm queda, especialmente aqueles do meio rural (RAG), de 5.017 mil para 4.816 mil. Já no meio urbano, a queda dos postos de trabalho em atividades agrícolas (UAG) é menor, de 2.781 mil para 2.778 mil, como pode ser observado na Figura 1a. Enquanto, em atividades não agrícolas, há aumento no meio

³ Para maiores detalhes, ver Firpo & Pinto (2016).

rural (RNAG), de 4.435 mil para 4.600 mil e, mais significativamente, naqueles do meio urbano (UNAG), de 70.667 mil para 81.548 mil.

Destaca-se que a pandemia covid-19 impactou fortemente as ocupações não agrícolas, especialmente aquelas do meio urbano, com redução significativa do emprego de 2019 para 2020, enquanto, nas atividades agrícolas, se observa alguma redução apenas no meio urbano. Ademais, no período estudado, de 2012 a 2022, também se vê a continuidade do processo de redução da população rural de 15% para 12%, ou seja, a persistência do processo de urbanização, como as informações do Banco Mundial (2024).

No período, os ocupados em atividades agrícolas têm redução relativa, tanto aqueles do meio rural (RAG), de 6,1% para 5,1%, quanto no meio urbano (UAG), de 3,4% para 3,0%, conforme a Figura 1b. Da mesma forma, os ocupados em atividades não agrícolas no meio rural (UAG) sofrem redução no percentual total, de 5,1% para 4,9%. Por outro lado, apenas as ocupadas em atividades não agrícolas do meio urbano (UNAG) têm aumento no percentual da ocupação, de 85,2% para 87,0%.

Dessa maneira, o meio rural reduz sua capacidade de absorção de mão de obra, mas as atividades agrícolas no meio urbano conseguiram preservar quase todos os postos de trabalho, embora não na composição relativa. Já nas atividades não agrícolas do meio urbano, há uma expansão do emprego, sugerindo a continuidade do processo de urbanização no Brasil no período recente.

A Tabela 1 traz um perfil da ocupação nos quatro segmentos estudados. Inicialmente, com relação ao sexo, verifica-se um crescimento na proporção da ocupação das mulheres nos quatro segmentos. Nas atividades agrícolas, este crescimento relativo foi maior, de 3 pp e de 2 pp, respectivamente, em RAG e UAG. Enquanto, nos dois segmentos com atividades não agrícolas, foi de apenas 1 pp. Porém, também se destaca que, em atividades agrícolas, a participação das mulheres, com até 15%, é bem menor do que a dos homens.

Com relação à cor da pele ou raça, em geral, há um aumento da participação de não brancos, ou seja, pretos e pardos, especialmente em atividades não agrícolas. De fato, nas atividades agrícolas do meio rural (RAG), ocorre a manutenção no mesmo percentual de 0,61, enquanto, nas atividades agrícolas do meio urbano (UAG), tem-se o aumento de apenas 1 pp, atingindo 0,62, o maior patamar nos quatro segmentos.

A qualificação é menor nas atividades agrícolas, tanto do meio rural, quanto do meio urbano, mas tem aumento expressivo de quase 2 pp nos dois segmentos. Já no meio urbano, embora menor, há aumento também superior a 1 pp, atingindo 11,71 anos de estudo nas atividades urbanas não agrícolas (UNAG), quase o dobro observado no segmento RAG, que alcançou 6,76 anos de estudo no ano de 2022.

Com relação à idade, vê-se inicialmente o seu aumento em todos os segmentos, o que está consoante o envelhecimento da população brasileira. Os ocupados, em geral, estão na segunda faixa etária, de 30 até 59 anos. Ademais, são nas atividades agrícolas, tanto rurais, quanto urbanas, que estão os ocupados em uma faixa etária mais avançada, em média, com mais de 40 anos. Por outro lado, os mais jovens, de 14 até 29 anos, reduzem seu percentual em todos os segmentos e têm o nível nas atividades agrícolas.

Embora, nas atividades agrícolas do meio rural, os empregados não representem a maioria dos ocupados, nos demais segmentos, eles mantêm a predominância, ainda que apresentem queda na maioria deles. Já os conta próprias representam a maior parcela dos ocupados nas atividades agrícolas do meio rural, enquanto, nos demais segmentos, os empregados são relativamente a maioria. Expõe-se também um aumento dos ocupados na categoria conta própria, com exceção do segmento UAG. Este fato pode ser causado pelas mudanças na legislação trabalhista, que possibilita uma expansão da categoria de trabalhador.

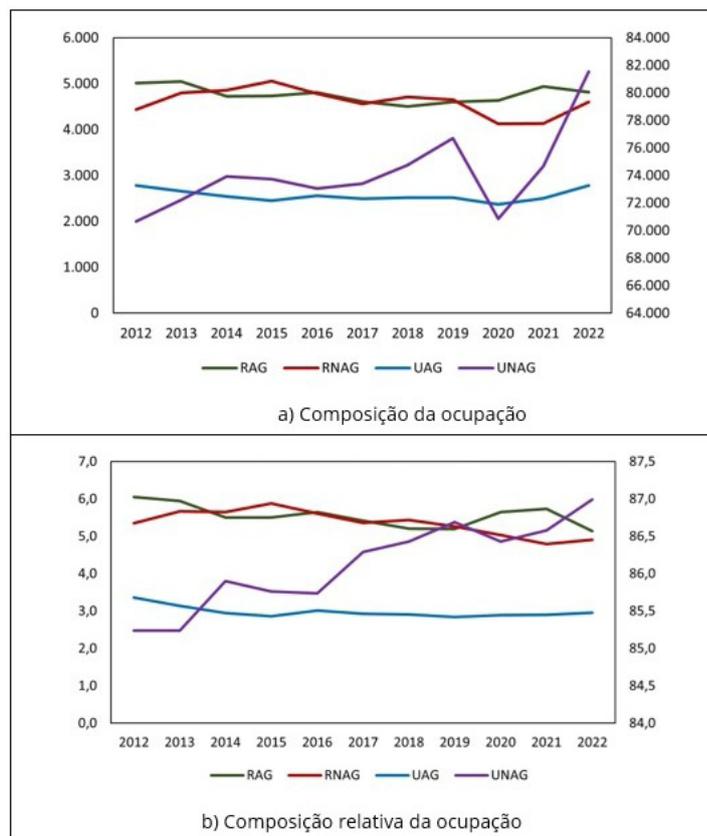


Figura 1. Composição das ocupações absoluta (1.000 pessoas) e relativa (%) nos meios rural e urbano, Brasil, 2012-2022. Fonte: informações da pesquisa, com base nos dados da PNADC.
Nota: no eixo da direita, estão as informações do segmento UNAG e, no eixo da esquerda, estão as informações dos segmentos RAG, RNAG e UAG.

Tabela 1. Composição do emprego nos meios rural e urbano, Brasil, 2012 e 2022

Característica	RURAL				URBANO			
	Agrícola		Não Agrícola		Agrícola		Não Agrícola	
	2012	2022	2012	2022	2012	2022	2012	2022
Total	6,05	5,14	5,35	4,91	3,36	2,96	85,24	86,99
Sexo								
Homem	0,88	0,85	0,60	0,59	0,88	0,86	0,57	0,56
Mulher	0,12	0,15	0,40	0,41	0,12	0,14	0,43	0,44
Cor ou raça								
Branco	0,39	0,39	0,42	0,39	0,39	0,38	0,51	0,47
Não branco	0,61	0,61	0,58	0,61	0,61	0,62	0,49	0,53
Escolaridade								
Menos de 1 ano de estudo	0,14	0,10	0,05	0,04	0,12	0,07	0,02	0,01
Fundamental incompleto	0,64	0,52	0,41	0,30	0,56	0,42	0,23	0,15
Fundamental completo	0,09	0,10	0,12	0,09	0,11	0,09	0,11	0,07
Médio incompleto	0,04	0,07	0,07	0,09	0,05	0,08	0,07	0,07
Médio completo	0,08	0,19	0,26	0,34	0,12	0,25	0,34	0,38
Superior incompleto	0,00	0,01	0,03	0,03	0,01	0,02	0,06	0,07
Superior completo ou mais	0,01	0,02	0,06	0,11	0,03	0,07	0,17	0,26
Anos de estudo médio	5,03	6,76	8,36	9,62	6,14	8,09	10,57	11,71

Fonte: informações da pesquisa com base nos dados da PNADC.

Tabela 1. Continuação...

Característica	RURAL				URBANO			
	Agrícola		Não Agrícola		Agrícola		Não Agrícola	
	2012	2022	2012	2022	2012	2022	2012	2022
Idade								
14 até 29 anos	0,24	0,21	0,38	0,30	0,25	0,24	0,33	0,27
30 até 59 anos	0,66	0,67	0,58	0,65	0,66	0,66	0,62	0,66
60 anos ou mais	0,11	0,12	0,04	0,05	0,09	0,11	0,05	0,07
Idade média	41,09	42,46	35,18	37,75	40,67	41,66	36,90	38,86
Condição na ocupação								
Empregado	0,42	0,40	0,75	0,72	0,59	0,62	0,77	0,72
Empregador	0,02	0,03	0,02	0,03	0,05	0,06	0,04	0,05
Conta própria	0,56	0,57	0,22	0,25	0,36	0,33	0,19	0,23
Vínculo								
Formal	0,30	0,36	0,54	0,55	0,44	0,50	0,71	0,69
Informal	0,70	0,64	0,46	0,45	0,56	0,50	0,29	0,31
Tempo semanal de trabalho								
De 15 até 30 horas	0,22	0,25	0,23	0,24	0,16	0,17	0,15	0,16
De 31 até 44 horas	0,39	0,44	0,45	0,57	0,39	0,54	0,51	0,63
Mais de 44 horas	0,39	0,30	0,32	0,19	0,45	0,30	0,34	0,21
Setor de atividade								
Agricultura	1,00	1,00	0,00	0,00	1,00	1,00	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00	0,34	0,31	0,00	0,00	0,26	0,22
Comércio e serviços	0,00	0,00	0,66	0,69	0,00	0,00	0,74	0,78
Localidade								
Metropolitana	0,03	0,04	0,15	0,10	0,06	0,07	0,49	0,48
Não Metropolitana	0,97	0,96	0,85	0,90	0,94	0,93	0,51	0,52
Região								
Norte	0,12	0,14	0,11	0,12	0,09	0,10	0,07	0,07
Nordeste	0,40	0,36	0,42	0,41	0,32	0,27	0,20	0,20
Sudeste	0,24	0,24	0,24	0,25	0,36	0,40	0,49	0,48
Sul	0,18	0,19	0,18	0,18	0,12	0,13	0,16	0,16
Centro-Oeste	0,06	0,06	0,05	0,05	0,10	0,10	0,08	0,09

Fonte: informações da pesquisa com base nos dados da PNADC.

A ausência de carteira de trabalho assinada atinge a maior proporção nas atividades agrícolas, sobretudo no meio rural, com patamar de 0,64, em 2022. Porém, nestas atividades, tanto no meio rural (RAG), quanto urbano (UAG), verifica-se aumento de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no período. O mesmo comportamento se observa nas atividades não agrícolas do meio rural, com 0,55 em 2022. Por sua vez, nas atividades não agrícolas do meio urbano, se nota um aumento de 2 pp no período, com 0,31 de informalidade.

Os ocupados em tempo integral, com mais de 44h semanais reduzem sua participação, tanto no mercado de trabalho rural, quanto urbano. Aqueles com 30 horas semanais ampliam sua participação e, de forma ainda mais significativa, aqueles com tempo de trabalho, de 31 até 44 horas semanais. Todavia, ainda é nas atividades agrícolas que os trabalhadores com 44 horas semanais ou mais têm uma maior parcela, atingindo 0,30, no meio rural e no urbano.

Com relação aos setores de atividades, como o esperado, os trabalhadores das atividades agrícolas estão no setor primário, e os das atividades não agrícolas estão no secundário e terciário. Destacam-se a ampliação e a maior fração no setor de terciário, com os serviços e comércio.

As regiões não metropolitanas têm a maior parcela dos postos de trabalho nos quatro segmentos, e é nas atividades agrícolas que este percentual atinge o maior valor, com mais 0,90, tanto no meio rural, quanto no urbano, mesmo que tenha reduzido nas duas localidades

1 pp no período. E, nas atividades não agrícolas, ocorre o inverso, com aumento na proporção em áreas não metropolitanas.

O meio rural é mais expressivo na região Nordeste, embora apresente redução no período, tanto em atividades agrícolas, quanto não agrícolas. Já a região Sudeste se destaca com a maior parcela da ocupação do meio urbano, com expansão das ocupações nas atividades agrícolas e redução em atividades não agrícolas.

Portanto, de acordo com estes resultados, é possível traçar um perfil dos ocupados no mercado de trabalho brasileiro. Inicialmente, destaca-se a redução da população ocupada no meio rural, em detrimento da ocupada no urbano, paralelamente à redução da população rural no país, conforme as informações do Banco Mundial (2024). Assim, aqueles ocupados em atividades agrícolas predominantemente são homens, não brancos, menos qualificados, mais idosos, conta próprias e empregados, sem carteira de trabalho, com maior tempo semanal de trabalho e em residentes em regiões não metropolitanas. Já nas atividades não agrícolas, tem-se a participação um pouco maior de mulheres, os não brancos, a maior qualificação, a presença de indivíduos mais jovens, os empregados se sobressaem, a presença de carteira de trabalho assinada é maior, o tempo semanal de trabalho é menor, e estão tanto em áreas metropolitanas, quanto não metropolitanas.

Ademais, as evidências mostram a maior participação da mulher também no meio rural, o envelhecimento da população ocupada e o alto grau de informalidade do mercado de trabalho brasileiro, notadamente em atividades agrícolas do meio rural. Ainda foi possível observar que a pandemia covid-19 impactou mais fortemente as atividades não agrícolas, especialmente no meio urbano, que sofreu mais com as medidas de distanciamento social.

4.2 Distribuição dos rendimentos do trabalho no campo e na cidade

A desigualdade na distribuição dos rendimentos não teve o mesmo comportamento nos segmentos estudados, como pode ser observado na Tabela 2. Enquanto, nas atividades agrícolas (RAG e UAG), se verifica aumento no índice de Gini, nas atividades não agrícolas (RNAG e UNAG), se observa uma queda nesta medida de desigualdade de 2012 para 2022. Esta mesma trajetória é também constatada nos índices Theil-L e Theil-T, com aumento mais acentuado no último indicador nos segmentos com atividades agrícolas e, por sua vez, nos segmentos com atividades não agrícolas, RNAG e UNAG, com maior redução. Assim, os resultados sugerem que as mudanças foram mais intensas na cauda superior da distribuição dos rendimentos nos quatro segmentos.

Os rendimentos médios nas atividades rurais são inferiores aos das atividades urbanas, conforme pode ser observado na Figura 2. Ademais, as atividades agrícolas têm os rendimentos menores do que os rendimentos das atividades não agrícolas, mas esta diferença ficou menor tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas.

Uma estimativa da distribuição dos rendimentos nos quatro segmentos estudados, em 2012 e 2022, pode ser observada na Figura 3. Inicialmente, nas distribuições dos rendimentos no meio rural e urbano, em 2012 e 2022, respectivamente nas Figuras 3a e 3b, nota-se, no meio rural, uma maior parcela de trabalhadores na parte inferior da distribuição de rendimentos. Porém, a partir da moda da distribuição dos rendimentos, que ocorre em torno do valor do salário-mínimo nacional, os rendimentos do meio rural têm uma menor frequência. Este resultado está de acordo com os resultados obtidos para a média dos rendimentos, por exemplo, em que as atividades agrícolas têm um menor rendimento, notadamente do meio rural. De 2012 para 2022, este comportamento não se altera significativamente, ainda que se note uma menor parcela de indivíduos na parte inferior da distribuição de rendimentos.

Tabela 2. Medidas da distribuição dos rendimentos nos meios rural e urbano, Brasil, 2012 e 2022

Medida	RURAL				URBANO			
	RAG		RNAG		UAG		UNAG	
	2012	2022	2012	2022	2012	2022	2012	2022
Gini	0,504	0,532	0,408	0,390	0,482	0,526	0,479	0,472
L de Theil	0,494	0,555	0,332	0,294	0,444	0,527	0,395	0,387
T de Theil	0,541	0,644	0,368	0,307	0,511	0,680	0,483	0,464
Média	1.339,19	1.687,37	1.628,18	1.645,77	1.760,87	2.252,04	2.920,49	2.897,92
Mediana	945,05	1.207,63	1.175,64	1.240,04	1.175,64	1.252,44	1.804,16	1.805,05
10 ⁻	0,010	0,009	0,014	0,016	0,012	0,010	0,020	0,019
50 ⁻	0,175	0,168	0,246	0,254	0,202	0,184	0,201	0,203
40 ^o	0,432	0,412	0,425	0,441	0,405	0,371	0,400	0,404
10 ⁺	0,393	0,420	0,329	0,305	0,393	0,445	0,399	0,392
5 ⁺	0,280	0,315	0,230	0,204	0,288	0,342	0,282	0,275
1 ⁺	0,124	0,151	0,102	0,079	0,124	0,168	0,112	0,106

Fonte: informações da pesquisa com base nos dados da PNADC.; ^o rendimentos obtidos pelos 40% indivíduos, entre os 50⁻ e os 10⁺.

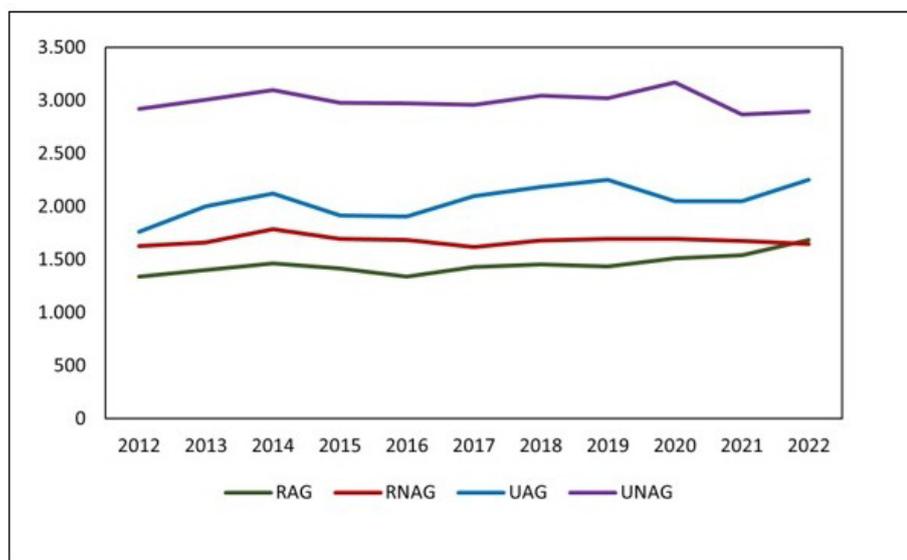


Figura 2. Rendimento médio das ocupações nos meios rural e urbano, Brasil, 2012-2022.

Fonte: informações da pesquisa, com base nos dados da PNADC.

Considerando apenas o meio rural com atividades agrícolas (RAG) e atividades não agrícolas (RNAG), nas Figuras 3c e 3d, em geral, verifica-se o mesmo padrão observado nas Figuras 3a e 3b. Porém, de 2012 para 2022, é possível constatar uma redução na proporção de indivíduos abaixo da moda da distribuição dos indivíduos em atividades agrícolas, já para aqueles com atividades não agrícolas, ocorre um aumento na frequência em torno da moda da distribuição dos rendimentos.

No meio urbano, com atividades agrícolas (UAG) e não agrícolas (UNAG), nas Figuras 3e e 3f, apesar do comportamento, em geral, similarmente se verifica o deslocamento oposto ao observado no meio rural, com redução mais significativa para os trabalhadores em atividades agrícolas na parte inferior na distribuição de rendimentos e redução em torno da moda da distribuição para aqueles em atividades não agrícolas.

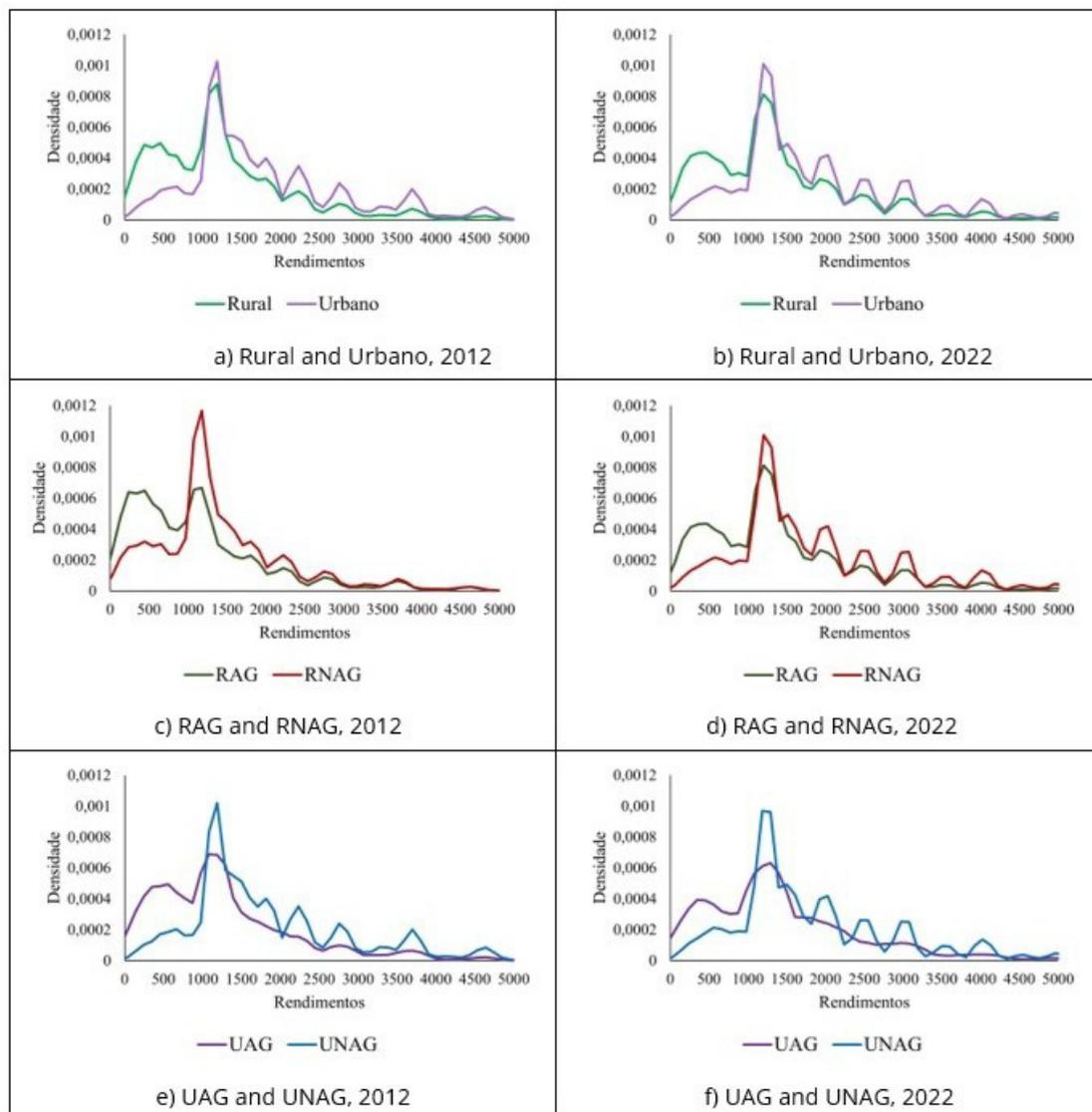


Figura 3. Composição das ocupações nos meios rural e urbano, rural agrícola (RAG), rural não agrícola (RNA), urbano agrícola (UAG) e urbano não agrícola (UNAG), Brasil, 2012-2022.

Fonte: informações da pesquisa, com base nos dados da PNADC.

Portanto, em geral, os resultados apresentados na Figura 3 estão de acordo com as informações para a média da distribuição dos rendimentos, apresentadas na Tabela 2 e na Figura 2, segundo as quais os rendimentos do meio rural e das atividades agrícolas são inferiores aos dos demais segmentos, porém, verifica-se redução do diferencial negativo de 2012 para 2022.

Como observado, a moda das distribuições apresentadas ocorre em torno do valor do salário-mínimo nacional, que, em 2012, era igual a R\$ 622,00 e, em 2022, ficou em R\$ 1.212,00. O valor de 2012, corrigido segundo o INPC para 2022, seria igual a R\$ 1.107,52, representando um aumento real de um pouco mais de R\$ 100,00 no período. O valor do salário-mínimo, em 2022, ficou próximo do valor da mediana nos três primeiros segmentos estudados (RAG, RNAG e UAG). Entre os fatores que podem explicar a maior proporção de trabalhadores do meio rural sendo remunerados abaixo do valor do mínimo nacional, pode ser a informalidade, que afeta

principalmente as atividades agrícolas do meio rural, que, em 2022, atingiu 64%, enquanto, nas atividades não agrícolas do meio urbano, estavam em 31%.

Na Tabela 3, estão apresentadas as estimativas das equações de rendimento para os quatro segmentos estudados. Inicialmente, com relação ao sexo, um atributo pessoal não produtivo, as estimativas indicam que há diferenciais positivos favorecendo os homens em relação às mulheres, a categoria tomada como de referência, no entanto, este diferencial reduz no período, indicando uma maior equidade nos rendimentos entre homens e mulheres. Este comportamento de queda homogênea não é observado para outra característica pessoal não produtiva, que é a cor da pele, uma vez que os indivíduos brancos aumentam seu diferencial de rendimentos em relação aos não brancos no meio rural e apenas no meio urbano se verifica esta queda.

A idade, que representa a experiência do indivíduo, um atributo pessoal produtivo, tem um prêmio positivo, que reduz de 2012 para 2022 nos quatro segmentos. As atividades agrícolas, sobretudo do meio rural, têm os menores diferenciais de rendimentos, enquanto as atividades não agrícolas do meio urbano têm os maiores. A idade ao quadrado negativa indica que a relação idade-rendimentos não tem uma relação linear, mas, sim, côncava, aumentando nos primeiros anos no mercado de trabalho e reduzindo no final da carreira.

A educação é outro atributo pessoal produtivo que tradicionalmente impacta positivamente nos rendimentos, o que é observado nas estimativas apresentadas, ou seja, quanto maior o nível educacional alcançado pelo trabalhador, maior é o seu retorno de rendimentos. Inicialmente, em geral, se verifica uma redução nos diferenciais de rendimento de 2012 para 2022, em que as atividades não agrícolas do meio urbano (UNAG) possuem o maior valor. Há duas exceções nas atividades agrícolas do meio rural (RAG) e do meio urbano (UAG) para os trabalhadores nos níveis 2 e 4, e do meio urbano (UAG) também no nível 7, em que houve aumento nos prêmios de rendimento.

Os empregadores têm maior rendimento em relação aos empregados, que são a categoria de referência, como apontam as estimativas dos parâmetros. Ademais, o diferencial de rendimentos aumenta em relação à categoria de referência de 2012 para 2022 nas atividades agrícolas rurais. Já nos outros segmentos, sofre queda. Os trabalhadores por conta própria têm diferencial negativo nas atividades agrícolas do meio rural (RAG e RNAG) e urbano (UAG). No meio urbano, nas atividades não agrícolas (UNAG), apesar de positivo, os prêmios de rendimento reduzem de 2012 para 2022 em relação aos empregados e à categoria de referência.

O vínculo formal propicia um diferencial de rendimentos positivo, como evidenciam as estimativas. Não obstante, este diferencial reduziu no meio rural (RAG e RNAG) e nas atividades não agrícolas do meio urbano (UNAG). Já nas atividades UNAG, observa-se um aumento modesto. A jornada de trabalho maior está associada com maiores rendimentos, o que está de acordo com as estimativas dos parâmetros. Ademais, nos quatro segmentos, há aumento de 2012 para 2022.

As características espaciais também impactam nos diferenciais de rendimento, conforme se verifica nas estimativas para as regiões metropolitanas e as grandes regiões brasileiras. Nas áreas metropolitanas, ocorre uma redução dos diferenciais de rendimento em relação às áreas não metropolitanas, e mais especificamente para as atividades agrícolas do meio rural (RAG), este diferencial fica negativo em 2022. As desigualdades regionais históricas no país ficam evidenciadas nas especificações estimadas. O Nordeste apresenta um diferencial negativo nos quatro segmentos, ampliado nas atividades agrícolas do meio rural, mas reduz nas demais localidades de 2012 para 2022. No Sudeste e Sul, ocorre uma redução dos prêmios de rendimento, com exceção das atividades do meio rural não agrícolas. Por outro lado, o Centro-Oeste tem o maior diferencial de rendimento, que aumenta no período estudado.

Tabela 3. Diferenciais de rendimento nos meios rural (RAG e RNAG) e urbano (UAG e UNAG), Brasil, 2012-2022

Variável	RURAL				URBANO			
	RAG		RNAG		UAG		UNAG	
	2012	2022	2012	2022	2012	2022	2012	2022
Homem	0,338***	0,324***	0,418***	0,295***	0,367***	0,209***	0,350***	0,286***
Branco	0,161***	0,203***	0,085***	0,089***	0,177***	0,146***	0,117***	0,104***
Idade/10	0,197***	0,185***	0,424***	0,318***	0,288***	0,240***	0,441***	0,354***
Idade ² /10	-0,018***	-0,014**	-0,042***	-0,029***	-0,030***	-0,021***	-0,040***	-0,031***
Nível 2	0,148***	0,156***	0,241***	0,140***	0,141***	0,153***	0,232***	0,080***
Nível 3	0,293***	0,240***	0,391***	0,259***	0,261***	0,245***	0,360***	0,214***
Nível 4	0,278***	0,310***	0,394***	0,269***	0,349***	0,354***	0,420***	0,240***
Nível 5	0,441***	0,370***	0,532***	0,371***	0,499***	0,414***	0,555***	0,345***
Nível 6	0,715***	0,515***	0,805***	0,514***	0,818***	0,754***	0,842***	0,558***
Nível 7	0,967***	0,628***	1,112***	0,938***	1,001***	1,074***	1,324***	1,052***
Empregador	0,706***	0,740***	0,716***	0,439***	0,873***	0,829***	0,644***	0,533***
Conta própria	-0,229***	-0,196***	-0,025**	-0,089***	-0,161***	-0,138***	0,110***	0,013**
Formal	0,382***	0,316***	0,459***	0,411***	0,359***	0,343***	0,332***	0,335***
31h até 44h	0,315***	0,522***	0,339***	0,385***	0,345***	0,533***	0,312***	0,323***
Mais de 44h	0,490***	0,682***	0,406***	0,432***	0,502***	0,652***	0,342***	0,381***
Metropolitana	0,121***	-0,004	0,164***	0,056***	0,189**	0,079**	0,120***	0,112***
Nordeste	-0,488***	-0,526***	-0,273***	-0,129***	-0,424***	-0,401***	-0,176***	-0,142***
Sudeste	0,152***	0,080***	0,034	0,158***	0,063**	0,108**	0,073***	0,135***
Sul	0,349***	0,308***	0,051**	0,258***	0,154***	0,216***	0,092***	0,193***
Centro Oeste	0,374***	0,399***	0,151***	0,289***	0,295***	0,353***	0,145***	0,198***
Constante	5,395***	5,366***	4,969***	5,245***	5,322***	5,339***	5,067***	5,342***

Fonte: informações da pesquisa com base nos dados da PNADC. Os coeficientes estatisticamente significativos estão indicados com asteriscos, três para 1% (***), dois para 5% (**) e um para 10% (*).

Por fim, aprofundando um pouco mais a análise do comportamento dos diferenciais de rendimento, na Figura 4, pode ser observada a magnitude destes diferenciais entre o meio urbano e rural e dentro de cada uma destas localidades, considerando as atividades agrícolas e não agrícolas. Destaca-se que estas estimativas são obtidas para cada décimo da distribuição de rendimentos.

Na Figura 4a, está apresentado o diferencial de rendimentos do meio urbano em relação ao meio rural nos anos de 2012 e 2022. Inicialmente se destaca o nível maior destes diferenciais no 10^o quintil, mas reduz significativamente já no segundo décimo, volta a subir até o 40^o quintil e cai novamente, de maneira mais expressiva, a partir no 80^o quintil. Outro aspecto é a redução destes diferenciais em 2022, em relação aos valores estimados em 2012, a partir do 20^o quintil. Já na Figura 4b, com o diferencial dentro do meio rural, entre as atividades não agrícolas em relação às atividades agrícolas, observa-se um comportamento oposto dos coeficientes estimados, especialmente na cauda inferior da distribuição dos rendimentos. Inicialmente os diferenciais aumentam até o terceiro décimo, reduz até o sexto décimo, amplia-se no seguinte e volta cair nos dois últimos décimos. Por fim, na Figura 4c, pode-se observar os diferenciais de rendimento no meio urbano, das atividades não agrícolas em relação às agrícolas. Verifica-se um comportamento similar ao observado na Figura 4a, com exceção que a queda na cauda superior da distribuição de rendimentos ocorre um pouco antes partir do 70^o quintil.

De maneira geral, observa-se que os diferenciais de rendimentos reduzem entre as atividades rurais e urbanas, bem como entre os segmentos agrícolas e não agrícolas, sendo que esta redução ocorre não só para os valores médios da distribuição de rendimentos, mas ao longo de toda a distribuição.

Os resultados do trabalho mostram que, nas atividades agrícolas do meio rural, destacam-se o aumento dos diferenciais discriminatórios, de raça ou cor da pele, a redução dos retornos em educação para os indivíduos mais qualificados, o aumento para alguns níveis com menor qualificação e a ampliação dos prêmios para os empregadores e para os residentes na região Centro-Oeste. Já no meio urbano, as atividades agrícolas apresentaram, em geral, queda dos prêmios de rendimento, embora haja aumento dos prêmios nas grandes regiões em relação à região Norte, a categoria de referência.

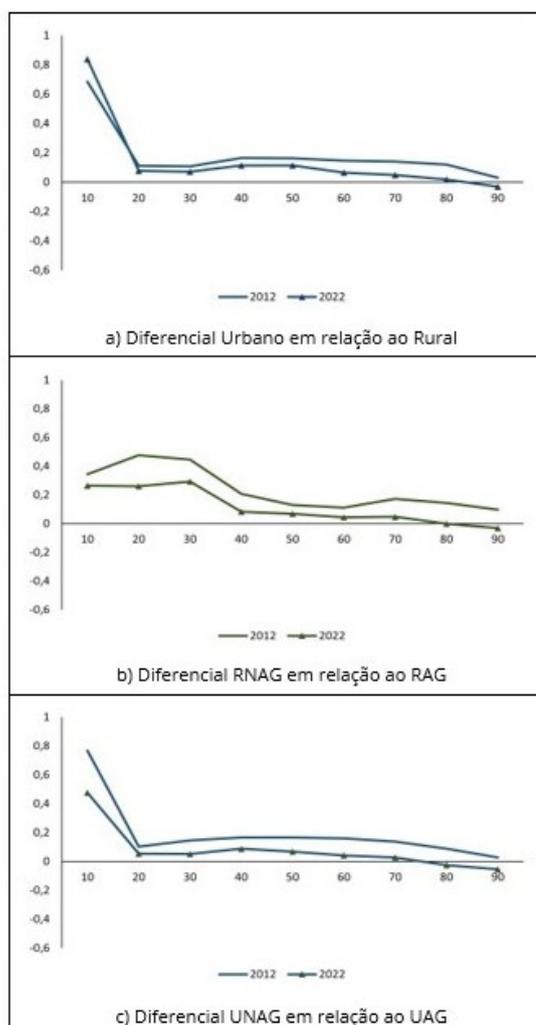


Figura 4. Diferencial de rendimentos ao longo da sua distribuição, ocupações nos meios rural e urbano, Brasil, 2012 e 2022.

Fonte: informações da pesquisa, com base nos dados da PNADC.

Nas atividades não agrícolas do meio urbano, há redução dos diferenciais de rendimento para a maioria dos determinantes estudados, com exceção para os trabalhadores com carteira de trabalho assinada e/ou contribuição para a previdência social, com jornada de trabalho de 30h semanais ou mais e em algumas localidades, como regiões metropolitanas e regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. No meio rural, nas atividades não agrícolas, também se verifica, em geral, queda nos diferenciais de rendimento, porém, há exceções. Observa-se o aumento dos

prêmios de rendimento para os indivíduos brancos, aqueles com jornadas acima de 30h ou mais e nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.

Salienta-se a redução dos prêmios de rendimento em educação, que possuem os maiores diferenciais. Historicamente, o aumento da qualificação na oferta de mão de obra no Brasil foi evidenciado por Menezes Filho & Kirschbaum (2015), que analisaram os dados dos censos demográficos de 1960 até 2010, apontando um aumento especialmente nos grupos educacionais intermediários, contribuindo para a redução dos diferenciais de rendimento. Ademais, Souza & Carvalhaes (2014), que analisaram o período de 2002 até 2011, considerando grupos educacionais e classes sociais, corroboram a explicação da importância da expansão da escolaridade para a queda da desigualdade na distribuição dos rendimentos no período. Já para Carvalho & Reis (2023), que também analisaram o período de 2012 até 2022, esta redução, notadamente para os níveis superiores e médios, pode ser explicada pelo aumento da demanda por trabalho qualificado menor do que a expansão da oferta de mão de obra qualificada. Como consequência, estaria ocorrendo um processo de sobre-educação, ou seja, quando os trabalhadores estão em ocupações que exigem menos anos de estudos do que possuem, inclusive em atividades agrícolas.

Assim, os resultados do trabalho confirmam a tendência observada na literatura de redução da ocupação em atividades agrícolas e expansão das atividades não agrícolas no meio rural brasileiro. Entre os fatores que podem explicar este comportamento, estão as políticas públicas relacionadas ao crédito rural, que favorecem a desigualdade e a concentração econômica. Para Aquino et al. (2018), existe um setor periférico na agricultura familiar que a política de crédito rural no Brasil não atinge com o Pronaf, como os agricultores mais pobres, marginalizados no campo e incorporados às políticas sociais do Ministério de Desenvolvimento Social. Da mesma forma, Escher et al. (2014) reconhecem a contribuição do Pronaf para a agricultura familiar no Brasil, mas sugerem que ele não tem conseguido incluir, de forma satisfatória, os agricultores devido aos seus condicionantes. Por sua vez, as atividades não agrícolas no campo representam uma forma de diversificação que pode contribuir com a redução das desigualdades, conforme observado por Start (2001).

No período, há aumento na desigualdade na distribuição dos rendimentos nas atividades agrícolas do meio rural, enquanto, nos demais segmentos, há redução. Ademais, este segmento permanece com o menor rendimento médio. Para Hoffmann & Jesus (2015), entre os condicionantes das diferenças das distribuições dos rendimentos dos ocupados em atividades agrícolas e não agrícolas, podem ser citados o salário-mínimo, a educação e a posse da terra.

Apesar da reforma trabalhista de 2017, estabelecida na Lei nº 13.467 (Brasil, 2017), que buscou flexibilizar o mercado de trabalho, simplificando as relações entre trabalhadores e empregadores, ainda é alta a proporção de trabalhadores sem proteção social, da carteira de trabalho, ou da previdência social, no meio rural em atividades agrícolas, embora tenha sido observado um aumento de 2012 para 2022.

As evidências apontam maior participação no mercado de trabalho de mulheres e menor de jovens em todos os segmentos estudados. Em um trabalho para a região Nordeste, Balsadi & Del Grossi (2018) verificaram uma redução de mulheres e jovens nas atividades agrícolas do meio rural de 2004 para 2014. Já Mattei (2015) aponta a menor oferta de trabalho para mulheres e jovens no meio rural brasileiro. De fato, segundo Hasenblag (2003), a redução dos jovens no setor agrícola segue as mudanças na estrutura econômica do país, uma vez que o primeiro emprego era no setor primário para 46,9% dos indivíduos até 1967, mas o percentual caiu para 10,9%, entre 1990 e 1996.⁴

Portanto, os resultados para o período de 2012 até 2022 evidenciam continuidade do processo de envelhecimento, com ampliação da participação feminina no emprego. Ademais, nota-se

⁴ Até 1967, 17,5% tinham o primeiro emprego no setor secundário, e os restantes 35,6%, no setor terciário. Já em 1990-1996, estes percentuais eram 15,8% e 73,3%.

redução dos diferenciais de rendimento entre homens e mulheres. Porém, ainda se observa, em 2022, maior proporção de homens e de indivíduos nas faixas etárias mais altas nas atividades agrícolas, além do maior nível de informalidade e diferencial de sexo para os homens no meio rural.

5 Conclusões

Este trabalho teve como objetivo analisar a evolução do mercado de trabalho brasileiro no meio rural e urbano, considerando ainda as atividades agrícolas e não agrícolas de 2012 para 2022. No Brasil, o processo de urbanização ocorreu de forma mais intensa no final do século XX. Porém, os resultados do presente trabalho sugerem que ainda não se pode observar estabilização no nível de urbanização da população brasileira, mas a continuidade no fluxo migratório do campo para as cidades, o que está associado a mudanças significativas no mercado de trabalho, apesar do crescimento de atividades não agrícolas no meio rural.

No período estudado, foi possível verificar a manutenção da tendência histórica de redução dos postos de trabalho nas atividades agrícolas do meio rural. Porém, as atividades não agrícolas do meio rural ampliam seu mercado de trabalho, o que também indica a manutenção da expansão já observada na literatura. Por sua vez, nas atividades não agrícolas do meio urbano, o emprego tem maior crescimento de 2012 para 2022. Destaca-se que a pandemia covid-19 impactou significativamente o emprego apenas das atividades não agrícolas do meio urbano, mas houve uma recuperação nos anos seguintes.

Paralelamente, estas transformações nas ocupações têm ocorrido associadas ao aumento da desigualdade nas atividades agrícolas, tanto rurais, quanto urbanas, mas o contrário é visto nas atividades não agrícolas. No final do período estudado, as atividades do meio rural ainda mantinham um menor rendimento médio, favorecendo a continuidade do processo de urbanização no país. No entanto, quando se observam os diferenciais ao longo da distribuição de rendimentos, os ocupados do meio urbano, em relação aos do meio rural, e das atividades não agrícolas, em relação às atividades agrícolas, atingem um menor patamar ou valor negativo na cauda superior da distribuição de rendimentos, sobretudo em 2022.

Com relação ao perfil dos ocupados, podem ser destacadas algumas características, como a ampliação da mulher no mercado de trabalho e o envelhecimento dos ocupados. Os retornos em educação são os mais expressivos, mas reduzem no período estudado, especialmente nos níveis mais altos de escolaridade, o que pode ser explicado pela maior oferta de trabalho mais qualificada evidenciada. Além disso, apesar das diferenças na remuneração média, existem outras disparidades quando se observam a distribuição dos rendimentos, em que se destaca o maior rendimento no meio rural e nas atividades agrícolas na cauda superior desta distribuição de rendimentos.

Estes resultados sugerem a necessidade de políticas públicas voltadas para a manutenção da população rural, com ampliação da proteção social. As ocupações rurais em atividades agrícolas ainda persistem com características bem distintas dos demais segmentos estudados, como os baixos rendimentos e a precária proteção social, o que tem contribuído para a sua redução ao longo dos anos, em detrimento dos demais segmentos. Portanto, as políticas públicas não têm se mostrado suficientes para estabilizar este processo, sugerindo sua avaliação, ampliação e incorporação de novas estratégias.

Contribuições do autor:

O autor foi o único responsável pela concepção teórica e o desenvolvimento do artigo.

Suporte financeiro:

CNPq

Conflitos de interesses:

Nada a declarar.

Aprovação conselho de ética:

Não se aplica.

Disponibilidade de dados:

Os dados da pesquisa estão disponíveis no IBGE.

Agradecimentos:

Agradecimentos ao CNPq pela bolsa produtividade em pesquisa recebida durante a pesquisa.

***Autor correspondente:**

Marina Silva da Cunha. mscunha@uem.br

Referências

- Anderson, D., & Leiserson, M. (1980). Rural nonfarm employment in developing countries. *Economic Development and Cultural Change*, 28(2), 227-248. <http://dx.doi.org/10.1086/451170>
- Aquino, J. R., Gazolla, M., & Schneider, S. (2018). Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 56(1), 123-142.
- Bacha, E. L. (1979). Crescimento econômico, salários urbanos e rurais, o caso do Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 9(3), 585-628.
- Balsadi, O. V., & DelGrossi, M. E. (2018). Labor and employment in Brazilian Northeastern agriculture: a look at the 2004-2014 period. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 56(1), 19-34. <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560102>
- Balsadi, O. V., & Graziano Da Silva, J. (2001). Qualidade do emprego no meio rural paulista nos 90. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 39(4), 47-68.
- Balsadi, O. V., Belik, W., & Del Grossi, M. E. (2019). O rural paulista em perspectiva: evolução das ocupações agrícolas e não agrícolas no período 2004-2014. *Revista da ABET*, 18(1), 120-140.
- Banco Mundial (2024). *Indicator*. Recuperado em 20 de fevereiro de 2025, de <https://data.worldbank.org/indicator>.
- Brasil. (2017). Lei no 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). *Diário Oficial da União*, Brasília.
- Carvalho, S. S., & Reis, M. C. *Evolução da sobre-educação no mercado de trabalho no Brasil entre 2012 e 2022: primeiros resultados*. IPEA: Brasília, 2023.
- Castro, N. R., & Barros, G. S. C. (2022). Increasing labor income and real unit labor costs in Brazilian agribusiness. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 60(2), e233852. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2021.233852>

- Castro, N. R., Barros, G. S. C., Almeida, A. N., Gilio, L., & Morais, A. C. P. (2020). The Brazilian agribusiness labor market: measurement, characterization and analysis of income differentials. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 58(1), e192298. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2020.192298>
- Catelan, D. W., Fonseca, M. R., Bacchi, M. D., & Alves, A. F. (2023). Diferenças salariais e discriminação por gênero e cor nos setores agrícola e não agrícola do Brasil nos anos de 2004, 2012, 2015 e 2019. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 61(1), e224595. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2021.224595>
- Cruz, M. P. M., Silva, V. H. M. C., De Araujo, J. A., Campos, R. T., & Da Costa Filho, J. (2022). Diferenciais de rendimentos entre atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural do Brasil. *Economia Aplicada*, 26(1), 31-54. <http://dx.doi.org/10.11606/1980-5330/ea151004>
- Cunha, M. S. (2008). Os empregados da agricultura brasileira: diferenciais e determinantes salariais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 46(3), 597-621.
- Del Grossi, M. E., & Balsadi, O. V. (2020). Mercado de trabalho e agricultura no Brasil contemporâneo. In J. E. R. Vieira Filho & J. G. Gasques (Eds.), *Uma jornada pelos contrastes do Brasil: Cem anos do Censo Agropecuário* (pp. 205- 219). IPEA: Brasília. <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-011-0/cap14>.
- Dinardo, J., Fortín, N., & Lemieux, T. (1995). *Labor market institutions and the 1973-1992: A semi-parametric approach*. Cambridge: NBER.
- Escher, F., Schneider, S., Scarton, L. M., & Conterato, M. A. (2014). Caracterização da pluriatividade e dos da agricultura brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(4), 643-668.
- Firpo, S. P., & Pinto, C. (2016). Identification and estimation of distributional impacts of interventions using changes in inequality measures. *Journal of Applied Econometrics*, 31, 457-486. <http://dx.doi.org/10.1002/jae.2448>
- Graziano Da Silva, J. (1997). O novo rural brasileiro. *Nova Economia*, 7(1), 43-81.
- Graziano Da Silva, J., & Del Grossi, M. E. (2001). Rural nonfarm employment and incomes in Brazil: patterns and Evolution. *World Development*, 29(3), 443-453.
- Harris, J., & Todaro, M. P. (1970). Migration, unemployment and development: a two-sector analysis. *The American Economic Review*, 60(1), 126-142.
- Hasenblag, C. (2003). A transição da escola ao mercado de trabalho. In C. Hasenblag & N. V. Silva (Eds.), *Origens e Destinos: desigualdades sociais ao longo da vida* (pp. 147-172). Rio de Janeiro: TopBooks.
- Himanshu Lanjouw, P., Murgai, R., & Stern, N. (2013). *Non-Farm diversification, poverty, economic mobility and income inequality*. Washington, DC: The World Bank. (Policy Research Working Paper, n. 6451).
- Hoffmann, R., Botassio, D. C., & Jesus, J. G. (2019). *Distribuição de renda: medidas de desigualdade, pobreza, concentração, segregação e polarização*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Hoffmann, R., & Jesus, J. G. (2015). Distribuição do rendimento das pessoas ocupadas no Brasil, de 1992 a 2014, destacando as atividades agrícolas. *Revista de Economia Agrícola*, 62(2), 5-19.
- Hoffmann, R., & Oliveira, R. B. (2014). The evolution of income distribution in Brazil in the agricultural and the non-agricultural sectors. *World Journal of Agricultural Research*, 2(5), 192-204. <http://dx.doi.org/10.12691/wjar-2-5-1>

- Kageyama, A., & Leone, E. T. (2002). Trajetórias da modernização e emprego agrícola no Brasil, 1985-1996. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 40(1), 9-29.
- Kageyama, A., & Rehder, P. (1993). O Bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 31(1), 23-44.
- Kassouf, A. L. (1997). Retornos à escolaridade e ao treinamento nos setores urbano e rural do Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 35(2), 59-76.
- Kuznets, S. (1955). Economic growth and income inequality. *The American Economic Review*, 45(1), 1-28.
- Laurenti, A. C., Pellini, T., & Telles, T. S. (2005). Evolução da ocupação e dos rendimentos das pessoas no espaço rural brasileiro no período de 2001 a 2009. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53(2), 321-342.
- Lewis, W. A. (1954). Economic development with unlimited supplies of labour. *Manchester School*, 22(2), 139-191. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9957.1954.tb00021.x>
- Mattei, L. (2015). Emprego agrícola: cenários e tendências. *Estudos Avançados*, 29(85), <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142015008500004>
- Menezes Filho, N., & Kirschbaum, C. (2015). Educação e desigualdade no Brasil. In: M. ARRETCHÉ (Eds.), *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos* (pp. 109-132). São Paulo: Editora Unesp.
- Mincer, J. (1974). *Schooling, Experience and Earnings*. New York: National Bureau of Economic Research. 152p.
- Nascimento, C. A., Aquino, J. R., & Del Grossi, M. E. (2022). Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 60(3), <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2021.240128>
- Ney, M. G., & Hoffmann, R. (2009). Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 47(1), 147-182.
- Pinto, M. A. N., & Cunha, M. S. (2014). Emprego e diferenciais de rendimento no setor agrícola brasileiro: uma análise desagregada por subsetor. *Revista de Economia e Agronegócio*, 12(1), 2-3. <http://dx.doi.org/10.25070/rea.v12i1.2.3.239>
- Reardon, T., Berdegue, J., & Escobar, G. (2001). Rural non-farm employment and incomes in Latin America: overview and policy implications. *World Development*, 29(3), 395-409.
- Silverman, B. W. (1986). *Density Estimation for Statistics and Data Analysis*. Chapman e Hall, London. <http://dx.doi.org/10.1007/978-1-4899-3324-9>.
- Souza, I. V., & Machado, A. F. (2004). Curva de rendimentos: uma análise no mercado de trabalho urbano e rural no Brasil (1981/99). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 42(1), 35-54.
- Souza, P. H. G. F., & Carvalhaes, F. A. O. (2014). Estrutura de Classes, Educação e Queda da Desigualdade de Renda (2002-2011). *Dados*, 57(1), 101-128. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582014000100004>
- Start, D. (2001). The rise and fall of the rural non-farm economy: poverty impacts and policy Options. *Development Policy Review*, 19(4), 491-505.

Data de submissão: 06 de agosto de 2024.

Data de aceite: 27 de dezembro de 2024.

Classificação JEL: J43; J31; J21; J48.

Editor associado: Catia Grisa